



Prefeitura Municipal de Caeté

EXMO. SR. CONSELHEIRO RELATOR WANDERLEY ÁVILA - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO DENÚNCIA N° 1095290

OFÍCIO N° 9200/2022 - SEC/2ª Câmara

MUNICÍPIO DE CAETÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 18.302.299/0001-02, com sede na Praça Dr. João Pinheiro, n° 15, bairro Centro, na cidade de Caeté/MG, CEP 34800-000, na pessoa da Pregoeira/subscritora do edital, Srta. DANIELA ALVES MACHADO, vem, com o devido respeito à presença de V. Exa., em cumprimento ao r. despacho proferido, encaminhado por meio do Ofício em epígrafe, apresentar os devidos esclarecimentos relativos ao Processo Licitatório Pregão Presencial n° 011/2020, o que faz nos termos seguintes:

Decerto que a possibilidade de impugnação do edital visa resguardar os princípios disciplinadores da atividade administrativa, bem como coibir atos praticados com desvio ou abuso de poder ou produzidos de forma contrária à legislação regente.

A meu ver, tais irregularidades não restaram comprovadas neste Processo n° 1095290, não havendo que se falar, portanto, em ilicitude da atuação da Pregoeira/subscritora do edital, pois o texto do item 2.7 não proíbe a remessa de impugnações via e-mail, em que pese a sua fragilidade redacional de referenciar tão somente o endereço físico das dependências da Prefeitura Municipal.

Ocorre que o escopo do item 2.7 é assegurar que apenas setores relacionados às licitações e compras recebessem os documentos, impedindo extravios para agentes públicos diversos que não fossem relacionados ao Pregão Presencial n° 011/2020 e, conseqüentemente, omissões de respostas por parte desta Administração que inviabilizassem eventual direito ao contraditório.

Importa destacar, contudo, que o Princípio da Vinculação ao Edital não é absoluto, devendo este ser interpretado em consonância com os demais princípios, principalmente os da finalidade, razoabilidade e



Prefeitura Municipal de Caeté

proporcionalidade, tendo-se em vista o objetivo precípua da licitação: a seleção da proposta mais vantajosa.

Assim, na impossibilidade de protocolo presencial ou via correios no endereço físico do item 2.7, poderia o potencial impugnante deste instrumento convocatório fazer uso do e-mail compras@caete.mg.gov.br mencionado item 2.4 (pedido de esclarecimentos), privilegiando o Princípio da Instrumentalidade das Formas que rege o processo administrativo de licitação. Neste contexto, pode-se afirmar que a participação de oito licitantes neste certame denota a existência de competitividade, que assegurou a contratação de proposta realmente vantajosa.

Por esta razão, peticiono aos doutos julgadores pelo afastamento da alegação de que *"a restrição à apresentação de impugnações tem o condão de restringir a competitividade do certame, afastando eventuais interessados"* em razão da não comprovação, nestes autos, da aludida restrição - sob pena de infringência ao postulado constitucional do devido processo legal, em sua acepção substantiva¹.

Uma vez que o item 2.7 retrata mera inexatidão material, seu saneamento não acarreta prejuízo a finalidade do certame, motivo pelo qual peço aos ilustres julgadores a sua convalidação por ausência de risco ao interesse público. *"O processo possui caráter instrumental (instrumentalidade das formas) e não pode ser considerado um fim em si mesmo, admitindo-se, portanto, a superação de formalidades excessivas"*².

Decerto que a ausência de impugnação não invalidará a atecnia do item 2.7, mas considerá-lo irregularidade insanável apenas com elevada multa à Pregoeira/subscritora do edital que, a contrário sensu não tinha como *"ter consciência da ilicitude do ato que praticara"* consiste em rigorismo

¹ "Atualmente, o princípio do devido processo legal é analisado sob duas óticas, falando-se em devido processo legal substancial (substantive due process) e devido processo legal formal (procedural due process). No sentido substancial o devido processo legal diz respeito ao campo da elaboração e interpretação das normas jurídicas, evitando-se a atividade legislativa abusiva e irrazoável e ditando uma interpretação razoável quando da aplicação concreta das normas jurídicas. É campo para a aplicação dos princípios - ou como prefere parcela da doutrina, das regras - da razoabilidade e da proporcionalidade, funcionando sempre como controle das arbitrariedades do Poder Público." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Salvador: JusPodivm, 2016. Página 212).

² OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021. Página 589



Prefeitura Municipal de Caeté

injusto com agente público que laborou de boa-fé. De acordo com o especialista em licitações Doutor Marçal Justen Filho³:

Deve-se admitir a possibilidade de convalidado apenas para vícios de anulabilidade. A omissão do interessado somente afeta os casos de anulabilidade, nos quais estão envolvidos interesses privados e disponíveis dos licitantes. Nessa (e somente nessa) hipótese, a inexistência de impugnação convalida o ato e acarreta o desaparecimento do vício.

Por todo exposto, demonstrada a manutenção da competitividade, vantajosidade e boa-fé, solicitamos a desconsideração de eventual infração à norma legal e, conseqüentemente, a respectiva penalidade de multa, conforme disposto no Regimento Interno desta Corte⁴.

Destarte, requer:

- 1) Acatar, por ausência de comprovação nos autos de prejuízo ao interesse público, a convalidação - mediante o ato de homologação do Pregão Presencial nº 011/20 - da ausência de indicação expressa do e-mail compras@caete.mg.gov.br, nos termos do artigo 55 da Lei 9.784/1999; convertendo a penalidade aplicada em admoestação pedagógica para que surta efeitos nas próximas contratações realizadas pelo Poder Executivo de Caeté;
- 2) O arquivamento do feito, tendo em vista a inocorrência das irregularidades dispostas na denúncia ofertada.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Caeté, 24 de junho de 2022.

Daniela Alves Machado
Pregoeira/subscritora do edital

³ Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética, 2002. Página 397

⁴ Art. 275. (...) § 2º Não elidido o fundamento da impugnação, o Tribunal aplicará ao responsável, no próprio processo de fiscalização, a multa prevista no art. 85, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2008, na hipótese de infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária ou patrimonial.